

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção, até o início dos anos 50, dependia de encomenda. Estava amarrada e não podia crescer. A moradia era fruto de encomendas que os contratantes faziam aos construtores para uso próprio ou de familiares. Nunca encomendavam com a finalidade de vendê-la. Não havia mercado para isso.

O produto imobiliário, por constituir demanda individualizada e para o próprio uso do contratante, conformou uma cidade horizontal de edificações diferenciadas.

Nesse período, as grandes obras de engenharia, que realçavam a função comercial da cidade – porto, ponte e ferrovias –, foram construídas por empresas de fora.

Na década de 1950 a construção conquistou sua “alforria”. Começou a produzir para o mercado na modalidade a preço de custo. Introduziu e difundiu o edifício como produto imobiliário. Desenvolveu-se, preferencialmente, no centro da cidade, ao redor do Parque Moscoso.

Abria-se espaço para criação de empresas de construção comandadas por engenheiros. Introduziram-se novas técnicas construtivas bem como profissionais com outra qualificação, formados na academia e assim capacitados a atender a responsabilidade civil requerida para a construção de prédios verticais. Foi um salto importante, que contribuiu para o crescimento da construção.

Nesse momento, o capital encontrou na construção civil uma nova forma de valorização, que ultrapassava os limites definidos pela agricultura e pelas atividades relacionadas ao café.

Para que o novo produto imobiliário se impusesse no mercado, substituiu-se a moradia individualizada por um produto padronizado, constituído pelo edifício, com a criação de uma outra forma de sociabilidade na maneira coletiva de morar. Daí resultou a criação de uma cidade vertical e homogênea na forma de suas moradias.

Na década de 1970 a construção teve o seu auge, mais precisamente entre 1975 e 1982. A base da economia estadual deixou de ser agrícola e tornou-se urbano-industrial. Elevaram-se as taxas de urba-

nização, e a classe média, principal mercado da construção imobiliária, possuía elevado poder aquisitivo. O BNH oferecia financiamentos fartos, com amortização em até 25 anos; enfim, tudo contribuiu para que a construção realizada por incorporação obtivesse ganhos extraordinários e pudesse crescer ainda mais.

O uso intensivo do solo, proporcionado pelo edifício, relativamente à moradia unifamiliar, já não era o único diferencial que caracterizava a construção em sua trajetória ascendente, quando se lançou no mercado. A construção buscou a diferença no lugar. Não era o edifício enquanto projeto que se distinguiria, mas o lugar enquanto espaço escolhido para construção do edifício.

A nova maneira de conceber o produto imobiliário tornou-se possível porque a cidade já tinha sido produzida, ou melhor, já possuía um padrão de urbanização que apresentava diferenças espaciais que puderam ser percebidas e apropriadas pela construção nas suas estratégias de produção realizada por incorporação.⁴⁴

Nesse sentido, a avenida Beira-mar, construída na década anterior, a substituição do bonde pelo ônibus – que possibilitava maior grau de liberdade na ocupação do território –, os instrumentos de financiamento amplamente disponíveis, como foi dito, e o elevado poder de compra da classe média, todos esses fatores fizeram da região das praias o “novo território”, frente ao esgotamento da fronteira urbana do centro. Para ali a construção pôde expandir-se, contrastando o “velho” com o “novo”, num projeto imobiliário moderno. Fundava-se uma cidade constituída de núcleos verticais, formados por bairros distinguidos pela valorização de suas amenidades.

Na década de 1980 a construção atravessou uma grande crise. A inflação estava em alta, e os instrumentos de política pública utilizados para controlá-la afetaram diretamente o SFH. A inobservância de pactos contratuais, como o que garantia a equivalência salarial nos reajustes dos financiamentos do SFH, levou o sistema ao descrédito, contribuindo para sua falência e conseqüente extinção do BNH em 1986.

⁴⁴ Nesse particular, cabe lembrar que foi a construção de obras públicas a responsável pela criação das condições que permitiram o crescimento da construção de edificações do ramo imobiliário.

A extinção do BNH deu-se num contexto de desemprego elevado e de empobrecimento da classe média, que constituía o principal mercado da construção. As empresas buscaram as mais variadas alternativas para se manterem no mercado. Como primeira opção, orientaram-se para atender os compradores de alta renda, que não dependiam de financiamentos, e utilizaram a forma de produção de moradias realizada por condomínio fechado. O condomínio, embora menos rentável do que a incorporação, protegia os empresários dos efeitos perversos da inflação.

O Sindicon mobilizou-se para criar espaços para construção. Pressionou o poder público para que democratizasse o acesso da empresa local, sozinha ou associada em consórcios, às concorrências públicas, de forma que pudesse competir com as empresas de fora. O mesmo sindicato patronal fez gestões junto ao governo do Estado, pedindo-lhe auxílio no esforço de sensibilização das grandes empresas (Aracruz Celulose, CST, CVRD e Samarco) e solicitando-lhe que abrisse espaço à participação das construtoras locais em suas obras de expansão. Este período foi marcado pela ação combativa do Sindicon.

A construção da Terceira Ponte e a maior flexibilidade da legislação de uso e ocupação do solo no município vizinho de Vila Velha, a partir de 1986, criaram oportunidades para que a construção, nesse momento de crise, desfrutasse das amenidades da orla dos bairros Praia da Costa, Itapoã e Itaparica, visto que os terrenos ali eram mais acessíveis – o preço do imóvel dessa região era menor que o de Vitória – havendo, ainda, oportunidades de mercado, criadas no contexto das demandas da nova classe média oriunda das grandes empresas. A construção recebeu, pois, oxigênio novo, estabelecendo um contínuo imobiliário vertical, na orla litorânea, que se estende de Vitória a Vila Velha, proporcionado pelo acesso criado pela Terceira Ponte.

As possibilidades construtivas continuaram a aumentar em Vila Velha em 1990, com a implantação de seu PDU, e em Vitória, com a reformulação de seu plano, em 1994. As flexibilidades construtivas conquistadas funcionaram como mecanismos de proteção, na crise, para as mudanças que as empresas de construção precisaram estabelecer para que pudessem permanecer no mercado. Valeu a máxima cunhada pelos

próprios empresários do ramo: “os problemas da construção terão que ser resolvidos pela própria construção. Não dá mais para o empresário esperar que o Estado intervenha como na época do BNH”.

Na segunda metade dos anos 90 as empresas defrontaram-se com um padrão de concorrência mais acirrado e apresentaram um novo patamar tecnológico, que o mercado estabeleceu como nivelamento. As experiências pretéritas da crise, anteriormente mencionadas, serviram para orientar as transformações e as estratégias que foram criadas. O Sindicon apresentou-se como o grande protagonista da mudança da construção para um novo patamar tecnológico, que permitiu sua reestruturação e a superação da crise que atravessava – não faltaram, naquele momento, debates sobre desperdício nem tampouco programas de qualidade, promovidos pelo sindicato.

O nivelamento tecnológico entre as empresas exigiu algo mais que as diferenciasses entre si na concorrência. Cada uma escolheu o seu nicho para se reproduzir de conformidade com as experiências pretéritas. As empresas do segmento, contudo, manifestaram a tendência de distinguir o seu produto imobiliário no projeto do empreendimento. A distinção do espaço já não constituiu, a partir desse momento, o fator primordial da criação da diferença entre produtos.

As amenidades peculiares de cada bairro, diferenciadas de acordo com a localização espacial do empreendimento no seu interior, deixaram de ser os principais componentes que fizeram e fazem parte hoje da criação de um produto imobiliário distinto. Como há certa homogeneidade dos espaços entre os bairros, e no seu próprio interior, provocada pelo intenso processo de urbanização, busca-se a diferenciação na concepção do projeto do empreendimento como condição para criação de um produto imobiliário distinto. Essa produção, acredita-se, contribuirá para a criação de formas espaciais diferenciadas na cidade, dentro dos limites da concepção empresarial de cada empreendimento.

Enfim, a construção contornou obstáculos, superou crises, se transformou e cresceu. Não imaginavam aqueles 11 construtores, reunidos na rua Sete de Setembro, nº 60, no dia 3 de outubro de 1934, quando criaram o “Syndicato dos Constructores Civis de Victoria”, a dimensão e a importância que teria o segmento produtivo que representavam. De 11 construtores filiados em 1934 e de 37 identificados no

censo municipal de 1937, chegariam a aproximadamente 250 empresas filiadas à entidade de classe atualmente e aproximadamente 2.558 empresas identificadas como de construção civil com sede no Espírito Santo.³⁸ Seria difícil acreditar, naquele tempo, no efeito de mobilização que a construção promoveria em nossos dias entre diferentes segmentos produtivos e profissionais liberais das mais diversas áreas a montante e a jusante de sua produção. Não se poderia supor que a constru-

ção se transformaria num complexo produtivo de que fazem parte 3.604 engenheiros civis, 927 arquitetos,³⁹ e 51.157 trabalhadores;⁴⁰ nem que a construção participaria com 10,7% na formação do PIB estadual e as atividades imobiliárias, com 12,71%;⁴¹ e muito menos que pudesse tornar-se um indicador do crescimento econômico, podendo ser percebida entre nós, como em muitos países, e tomada como referência, conforme o adágio popular: “quando a construção vai, tudo vai”.

Fachadas de edifícios na Enseada do Suá, em Vitória (foto de Antônio Cuzzuol).





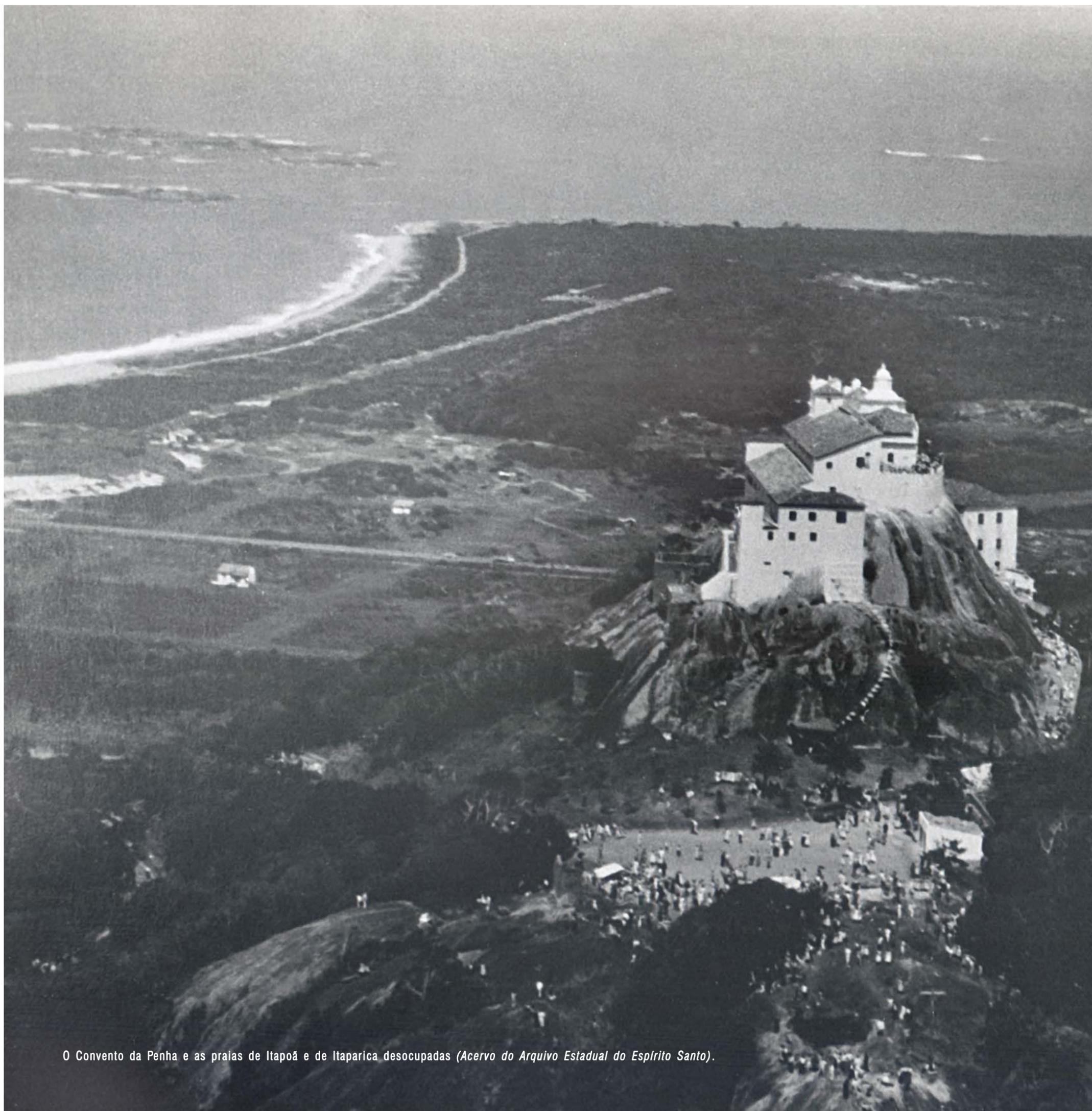
O Convento da Penha e a Praia da Costa desocupada (*Acervo do Arquivo Estadual do Espírito Santo*).



A ocupação urbana horizontal na Praia da Costa (Acervo do Arquivo Estadual do Espírito Santo).



Expansão urbana vertical na Praia da Costa (Acervo do autor).



O Convento da Penha e as praias de Itapoã e de Itaparica desocupadas (*Acervo do Arquivo Estadual do Espírito Santo*).



A ocupação horizontal em Itapoá, com sinais de verticalização (*Acervo do Arquivo Geral da PMV*).



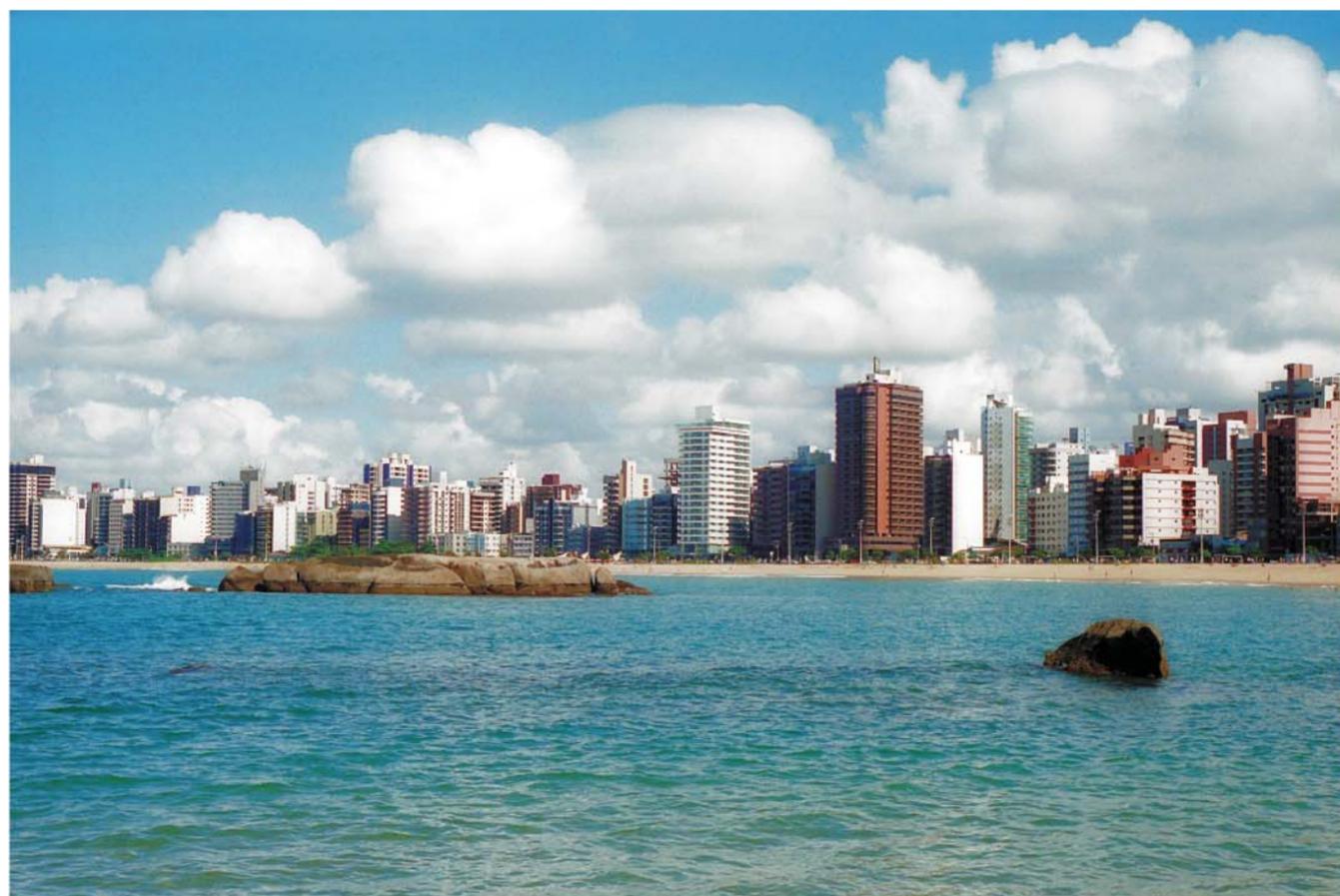
O crescimento urbano vertical na orla da Praia da Costa e de Itapoá (*Acervo do autor*).



A cidade vertical na orla de Vila Velha em direção a Itaparica (Acervo do autor).



Edifícios em Itapoã (Acervo do autor).



A continuidade da ocupação imobiliária vertical em Itapoã e Praia da Costa (*Acervo do autor*).



O contínuo da construção de edifícios na Praia do Canto. À esquerda a ilha das Andorinhas. O edifício mais alto situa-se na antiga pedra da Western (*Acervo do autor*).



A ocupação de prédios em frente à Praça dos Desejos (Acervo do autor).



À esquerda a Chácara Von Schilgen e à direita os prédios fronteiriços à Praça dos Namorados (Acervo do autor).



Prédios que dão vista para o Canal da Passagem e Praia de Camburi (*Acervo do autor*).



Prédios no bairro Mata da Praia na orla de Camburi (*Acervo do autor*).

APÊNDICE

APÊNDICE

A construção, a cidade e o sindicato

A história da construção se confunde com as iniciativas do seu sindicato e com as transformações da cidade.

Quando o sindicato da construção civil foi criado, em 1934, a construção era inexpressiva – uma atividade artesanal, constituída por trabalhadores assemelhados a artífices – e dependia de encomendas para existir. A cidade, nessa mesma época, da mesma forma que a construção, quase não existia enquanto ambiente construído – ainda estava por ser produzida. Havia muita natureza e pouco espaço criado pelo homem.

A produção substantiva da cidade, aí consideradas as infra-estruturas e os equipamentos de consumo coletivo, foi realizada pelo segmento de obras públicas do setor. No princípio, estas obras – refere-se aqui às de maior porte – estiveram a cargo de empresas de fora. Em seguida este espaço foi sendo ocupado por empresários locais.

Construída a cidade – nas suas obras básicas –, abriram-se outras oportunidades para construção, especialmente a do ramo imobiliário, que, favorecida pela conjuntura econômica de prosperidade, pôde alçar vôo – ingressando no mercado – e se tornar independente da encomenda.

Essa mudança, importante para a construção e com manifestações nas novas formas espaciais que a cidade passaria a apresentar, permitiu que a construção crescesse e se transformasse num complexo produtivo, com participação expressiva na formação da riqueza estadual e na criação de empregos. Isso, no entanto, não se deu sem a atuação dos construtores, organizados no seu sindicato, protagonizando todas as transformações que o segmento produtivo atravessou nesses 70 anos de história da entidade.

Vê-se na página seguinte a relação dos ex-presidentes do Sindicon.



Aristóteles Passos Costa Neto
Presidente

Edson Haje Silva
Vice-Presidente

Diretoria:

José Wallace Milhomens Filho
Carlos Santos Gimenes
Marcos Fraga Martinelli
Bento Vivácqua Leal Pessoa
José Luis Galvéas Loureiro
Ronaldo Damázio de Jesus
João Luis Moura Santos
Pedro Henrique Puppim
Luiz Paulo Prado Brandão
Janilda Tagarro Corrêa Ferreira
Francisco Xavier Mill
Antônio César Lamego Telles



Aurélio Porto
("in memoriam")
1934-1936



Álvaro Sarlo
("in memoriam")
1936-1942



José Meira Quadros
("in memoriam")
1943-1959



Nemézio Diógenes Neto
1960-1965



Jones Santos Neves Filho
("in memoriam")
1966-1967



Wilmar dos Santos Barroso
1968-1971



Osmir da Rocha Pimentel
1971-1974



Olavo Botelho Almeida
1974-1979



Chrisógono Teixeira da Cruz
1980-1982



João Luiz de Menezes Tovar
1982-1990



Marcos Murad
1990-1992



Cezar Augusto Villar de Mello
1992-1998



José Eduardo Kossatz de Berrêdo
1998-2004

O Sindicon

Nascemos em 1934. Segundo a nossa primeira ata, ainda com o nome de Sindicato dos Construtores Cíveis de Vitória, éramos apenas 11 companheiros, 7 deles na direção da entidade. Nosso primeiro Presidente foi Aurélio Porto.

Hoje, somos uma entidade que conta com um número expressivo de associadas e possuímos uma estrutura administrativa ágil, composta por profissionais que atuam de maneira integrada e participativa, que são treinados periodicamente para prestar mais e melhores serviços aos associados.

Como legítimo representante da categoria econômica da indústria da construção civil no Estado do Espírito Santo, realizamos um intenso trabalho que supera os interesses do setor, e se traduz em conquistas que beneficiam a sociedade. Exemplos dessa atuação são os levantamentos, estudos e medidas que o Sindicon promove nas áreas de planejamento urbano e transportes. Essas ações contribuem para o crescimento ordenado das cidades, assegurando uma melhor qualidade de vida para os moradores.

Ainda em fina sintonia com o setor, o Sindicon tem empreendido diversas ações institucionais junto às esferas federal, estadual e municipal, na defesa dos legítimos interesses da construção – tanto no mercado imobiliário como nas obras públicas e privadas.

Nosso trabalho está estruturado em comissões técnicas – Comissão de Obras; Comissão Administrativo-Financeira; Comissão da Indústria Imobiliária; Comissão de Economia e Estatística; Comissão de Relações Trabalhistas; Comissão de Recursos Humanos; Comissão de Materiais e Tecnologia; Comissão de Qualidade e Produtividade e Comissão de Projetos, Engenharia e Instalações – que atuam de forma permanente, garantindo o desenvolvimento de ações e implementando projetos voltados à qualificação e capacitação do setor.

Através dos trabalhos dessas comissões, já conseguimos criar, dentre outras realizações, programas de alfabetização e capacitação de trabalhadores e gerentes e instalamos a Comissão de Conciliação Prévia, a primeira no País, na área da construção civil, o que representou um grande avanço nas relações trabalhistas.

Nossa preocupação com a melhoria dos recursos humanos da construção civil vem se traduzindo na realização de um grande volume de atividades de qualificação, treinamento e educação do trabalhador. A caminhada no rumo da constante profissionalização e da implantação da qualidade vem tornando nossas empresas mais competitivas.

O nosso Serviço Social da Indústria da Construção Civil, o Seconci, vem desenvolvendo ações da maior relevância para o setor, em medicina ocupacional e segurança do trabalho, atendendo aos nossos colaboradores com hora marcada, sem filas e com a dignidade que merecem.

Um constante trabalho como representante da nossa categoria vem garantindo ao Sindicon uma imagem positiva e o respeito das autoridades que têm comandado os destinos do Espírito Santo. Evoluindo de um papel inicialmente reativo, o Sindicato tem hoje uma postura pró-ativa, atuando junto ao Governo Estadual e às Prefeituras Municipais, e também junto ao Governo Federal através de sua representação na Câmara Brasileira da Indústria da Construção.

Em todos esses períodos e eventos que marcaram a caminhada das empresas do setor e o crescimento do Estado, o Sindicon sempre esteve presente, ajudando a construir cidades melhores e dando suporte ao seu associado. Esta é a história que estamos escrevendo nestes 70 anos.

É com orgulho e satisfação que participo da diretoria deste Sindicato.



Edson Haje Silva

Vice-Presidente

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Angela (Org.). *Do corporativismo ao neoliberalismo: Estado e trabalhadores no Brasil e na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

BOLAFFI, Gabriel. A questão urbana: produção de habitações, construção civil e mercado de trabalho, In: *Novos Estudos*. São Paulo: Cebrap, v. 2, n. 1. 1983.

_____. A casa das ilusões perdidas: aspectos sócio-econômicos do Plano Nacional de Habitação, In: *Novos Estudos*. São Paulo: Cebrap, caderno n. 27. 1977.

BONDUKI, Nabil. *Origens da habitação social no Brasil, arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria*. 2. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira de. *O Novo arrabalde*. Vitória: PMV, 1996.

_____. *A construção da cidade: formas de produção imobiliária em Vitória*. Vitória: Flor e Cultura, 1996.

_____. Formas de construção e história da cidade de Vitória (ES). *Anais do VII Congresso Internacional da Brazilian Studies Association (Brasa)*. Rio de Janeiro, 2004.

CAMPOS JR, Carlos T.; SANTOS NEVES, Luiz Guilherme. *A casa edificada*. Belo Horizonte: Rona Editora, Inocoop-ES, 1998.

CHAVES, Marilena. *A indústria da construção no Brasil: desenvolvimento, estrutura e dinâmica*. Dissertação de mestrado apresentada ao IEE-UFRJ. Rio de Janeiro, 1985.

COELHO, Eduardo; SETTI, João Bosco. *A Estrada de Ferro Vitória a Minas e suas locomotivas desde 1904*. São Paulo: H. Donnelley, 2000.

DERENZI, Luiz Serafim. *Biografia de uma ilha*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1965.

ESPÍRITO SANTO. Presidente. 1924-28 (Florentino Avidos). *Mensagem final*. Vitória: Tip. do Diário da Manhã, 1928.

FERRO, Sergio. *O Canteiro e o desenho*. 2. ed. São Paulo: Projeto Editores Associados, 1982.

FINEP. *Habitação popular: inventário da ação governamental*. São Paulo: Garieli Artes Gráficas e Editora São Paulo, 1985.

FUNDAÇÃO JONES DOS SANTOS NEVES. *Plano Diretor Urbano de Vitória*. v. 1, 2. Vitória, mimeo, 1979 (a).

GITAHY, Maria Lúcia Caira; PEREIRA, Paulo Cesar Xavier. *O complexo industrial da construção e a habitação econômica moderna 1930-1964*. São Carlos: Rima, 2002.

GRANDI, Sônia. *Desenvolvimento da indústria da construção no Brasil: mobilidade e acumulação do capital e da força de trabalho*. Tese de doutorado. USP. Departamento de Ciências Sociais da USP. São Paulo, 1985.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1956.

LEFEBVRE, Henri. *Espace et politique*. 2. ed. Paris: Editions Anthropos, 1968.

_____. *De lo rural a lo urbano*. 4. ed. Madrid: Aliança Editorial, 1974.

_____. *Le temps des méprises*. Paris: Editions Stock, 1975.

LEFÉVRE, Rodrigo B. Notas sobre o papel dos preços de terrenos em negócios imobiliários de apartamentos e escritórios na cidade de São Paulo. In: *A Produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

LESSA, Carlos. *A estratégia de desenvolvimento, 1974-1976: sonho e fracasso*. Tese apresentada à Faculdade de Economia e Administração-UFRJ. Rio de Janeiro, 1978.

_____. *A crise urbana e o circuito imobiliário*. Seminário. mimeo. Salvador, 1981 (b).

LESSA, Carlos; DAIN, Sulamis. Capitalismo associado: algumas referências para o tema do Estado e desenvolvimento. In: *Desenvolvimento capitalista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MARICATO, Ermínia. *Indústria da construção e política habitacional*. Tese de doutorado apresentada à FAU-USP. São Paulo, 1983.

MORAES, Maria Teresa Rodrigues. *Indústria da construção no Brasil: a utilização da força de trabalho no processo produtivo*. Tese de mestrado apresentada no Cedeplar-MG. Belo Horizonte, 1986.

MOTA, Fernando Cezar de Macedo. *Integração e dinâmica regional: o caso capixaba (1960-2000)*. Tese de doutorado apresentada ao Instituto de Economia da Unicamp. Campinas, 2002.

OLIVEIRA, Francisco de. s/d. O Estado e o urbano no Brasil. In: *Espaço e debates*, n. 6. São Paulo: Cortez.

OSEKI, Jorge H. *Algumas tendências da construção civil no Brasil*. São Paulo: FAU-USP, 1982.

_____. *Arquitetura em construção*. Dissertação de mestrado apresentada à FAU-USP São Paulo, 1983.

PEREIRA, Paulo César Xavier. *Espaço, técnica e construção*. Dissertação de mestrado apresentada à FFLCH-USP São Paulo, 1984.

_____. *Questão da construção: urbanização e industrialização em São Paulo*. Tese de doutorado apresentada à FFLCH-USP São Paulo, 1990.

PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 15. ed. São Paulo: Brasiliense, 1977.

RIBEIRO, Luís Cesar de Queiroz. *Da propriedade fundiária ao capital incorporador: as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro*. Tese de doutorado apresentada à FAU-USP São Paulo, 1992.

ROCHA, Haroldo Corrêa; MORANDI, Angela. *Cafecultura e grande indústria: a transição no Espírito Santo 1955-1985*. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1991.

SINGER, Paul. O uso do solo urbano na economia capitalista. In: *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. *A identidade da metrópole: a verticalização em São Paulo*. Tese de livre-docente apresentada ao Departamento de Geografia da FFLCH-USP São Paulo, 1989.

TOPALOV, Christian. *Le logement en France: histoire d' une marchandise impossible*. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1987.

VARGAS, Nilton. *Organização do trabalho e capital: um estudo da construção habitacional*. Dissertação de mestrado apresentada à Coppe-UFRJ. Rio de Janeiro, 1979.

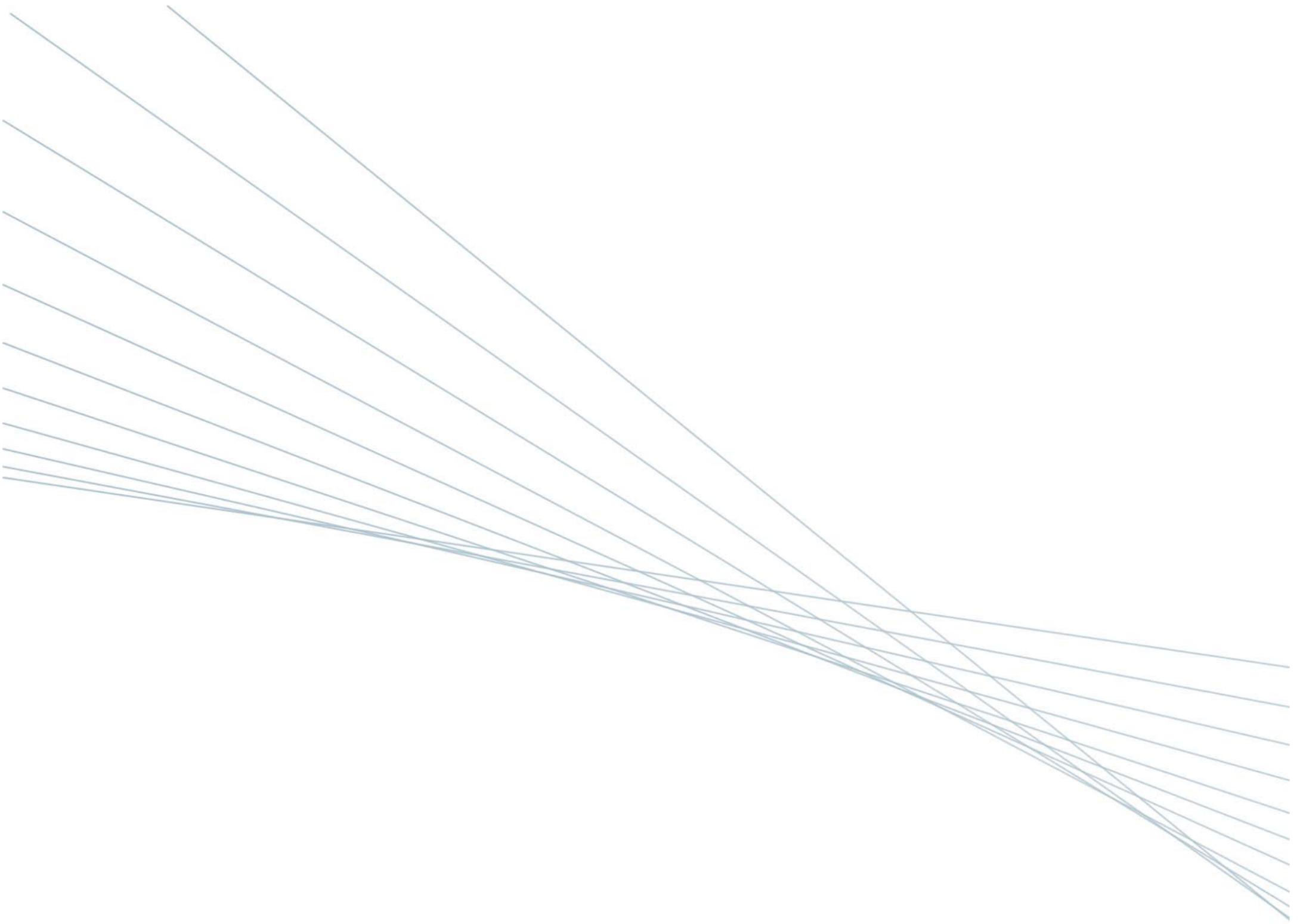
_____. Construção habitacional: um artesanato de luxo. In: *Revista Brasileira de Tecnologia*. Brasília. 12(1): 27-32, jan/mar. 1981.

VITÓRIA. Prefeito Municipal, 1936-1937 (Dr. Paulino Müller). *Exposição sobre a questão dos negócios públicos do município*. Vitória, mimeo, 1937.

Periódicos:

A Gazeta. Vitória, 1979-95.

A Tribuna. Vitória, 1979-95.



AGRADECIMENTOS

Agradecemos a valiosa colaboração do presidente e dos ex-presidentes do Sindicon, bem como de seus diretores e funcionários, que nos concederam entrevistas, disponibilizaram documentos e forneceram todo o apoio necessário à realização deste trabalho.

Agradecemos aos diretores e funcionários do Arquivo Público Estadual, Arquivo Público Municipal, Biblioteca Pública Estadual, Biblioteca do Instituto de Apoio à Pesquisa e Desenvolvimento Jones dos Santos Neves, Biblioteca do Colégio Sagrado Coração de Maria e Biblioteca Central da Ufes/Coleções Especiais, pelo eficiente auxílio na pesquisa de documentos e pela cessão de fotos históricas relevantes.

Agradecemos ainda às famílias Isauro Rodrigues, Nilton Pimenta, à Cultural-ES e ao Instituto do Patrimônio Histórico Nacional pelas fotos cedidas para esta publicação.

